

L E I n° 2.615/2006

Data : 23 de fevereiro de 2006.

Súmula: Autoriza o Executivo Municipal a doar terreno ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Paraná, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

 L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a doar ao TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ, um terreno com a área de 2.483,28m², localizado nesta cidade de Bandeirantes(PR), com a seguinte descrição: "Partindo-se do ponto 20, segue-se com rumo e distância de SW 72° 12' NE - 49,56m (quarenta e nove metros e cinquenta e seis centímetros) até o ponto 10, confrontando-se com o prolongamento da Rua Elísio Manoel dos Santos, onde deflete à esquerda com rumo e distância de NW 17° 48' SE - 50,00m (cinquenta metros) até o ponto 11, confrontando-se com a Rua Projetada 1, onde deflete à esquerda e segue com rumo e distância de SW 72° 12' NE - 49,77m (quarenta e nove metros e setenta e sete centímetros) até o ponto 21, confrontando-se com lote da matrícula 10.295 do CRI, onde deflete à esquerda e segue com rumo e distância de NW 17° 48' SE - 50,00m (cinquenta metros) até o ponto 20 confrontando-se com lote da matrícula 10.293 do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Bandeirantes(PR), onde iniciou-se esta descrição, formando-se assim a área de 2.483,28m², avaliado em R\$-4.966,56 (quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

Art. 2º - A doação autorizada por esta Lei destina-se à edificação do Fórum Eleitoral da Comarca de Bandeirantes(PR).

Art. 3º - O donatário deverá iniciar as obras no prazo de 02 (dois) anos, a contar da data da vigência da presente Lei, e concluí-la no prazo de 04 (quatro) anos, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito a doação e reverter o imóvel ao doador, com as edificações eventualmente acrescidas, sem que nenhum direito haja para o donatário a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

Art. 4º - A mudança, em qualquer tempo, da destinação do imóvel, dependerá de prévia autorização, por lei municipal, sob pena do imóvel ser revertido ao Município, com todas as benfeitorias ali construídas.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes,
Estado do Paraná, em 23 de fevereiro de 2006.

José Fernandes da Silva
Prefeito Municipal